

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Parlamentares e procuradoras pedem equidade

Senadoras e deputadas somaram-se às procuradoras da República para debater os desafios e horizontes da carreira no Ministério Público. O encontro nos dias 15 e 16 de junho em Brasília foi organizado pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e mobilizou cerca de 100 magistradas em seis oficinas temáticas.

Dodge ressaltou que a atuação das procuradoras contribui para assegurar a participação feminina na vida pública e avançar o debate sobre equidade de gênero no Brasil e no mundo.

A ministra Cármem Lúcia, presidente do STF, exaltou a presença do Poder Legislativo no encontro, com as senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Marta Suplicy (MDB-SP) e as deputadas Soraya Santos (PR-RJ) e Gorete Pereira (PR-CE).

“Desde a primeira Constituição Republicana, em 1891, os deputados não aceitaram a inclusão das mulheres no Parlamento. Hoje não é diferente, mas estaremos unidas para mudar essa realidade no Congresso”, disse Vanessa na abertura do evento.

Soraya Santos, secretária da Mulher da Câmara, destacou o trabalho conjunto entre os poderes da República e a sororidade, condição em que as mulheres são solidárias e apoiam umas às outras em situações de adversidade e discriminação.

Marta Suplicy lembrou a inédita conquis-



Antônio Augusto/NPF

ta da bancada feminina, que em maio deste ano teve a garantia do Tribunal Superior Eleitoral em favor de 30% do Fundo Eleitoral e do tempo de TV para as candidaturas femininas.

Gorete Pereira, procuradora da Mulher da Câmara, assegurou que a luta das mulheres contribui para a emancipação de toda a sociedade. “O Brasil não pode mais tolerar a opressão e a disparidade na representação política e nos espaços de poder”.

Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil, informou sobre ações afirmativas para construir até 2030 uma sociedade mais igualitária. Ela disse que “a diversidade da população brasileira deve estar refletida nas instituições para uma representatividade efetiva”.

Painéis

Os temas em debate versaram sobre Ingresso na carreira: recrutamento, seleção e capacitação; Condições de Trabalho: saúde, segurança e bem-estar; Permanência na carreira: políticas institucionais, cursos, capacitações, treinamentos e boas práticas.

Participaram: a advogada-geral da União, Grace Mendonça; a coordenadora da área programática do PNUD, Maristella Baioni; a diretora da Área Programática da Unesco Brasil, Marlova Noleto; a representante da Agência da ONU para Refugiados, Izabel Marquez; as procuradoras-gerais de Paris, Catherine Champernaut; de Portugal, Maria Joana Raposo, e do Paraguai, Sandra Raquel Quiñónez.

Veja fotos: <https://flic.kr/s/aHsmjZbxCK>



Jane de Araújo/Agência Senado

Prestação de contas

As senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Simone Tebet (MDB-MS) entregaram o Relatório de Atividades da ProMul ao presidente Eunício Oliveira na manhã do dia 15 de junho.

A prestação de contas detalha a atividade legislativa da bancada feminina em 2016 e 2017 e orienta como criar procuradorias especiais nas Casas Legislativas em todo o Brasil. O documento exalta as conquistas das mulheres brasileiras e reconhece a importância da parceria entre os poderes Le-

gislativo, Executivo e Judiciário na luta em defesa da igualdade de gênero, com destaque para as ações junto a organismos internacionais; embaixadas; entidades dos movimentos sociais; sindicais e de mulheres.

O documento, rico em fotos e imagens, destaca atividades em sintonia com a Diretoria Geral, o Observatório da Mulher contra a Violência, o Comitê de Gênero e Raça e do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado.

Leia: <https://bit.ly/2KtTxMV>

UnB recebe Diálogos Mulheres Negras



Felipe Costa/Onu Mulheres

Para ampliar e facilitar os debates político, técnico, público e acadêmico entre mulheres negras e agentes-chave e conferir visibilidade aos 30 anos do Movimento de Mulheres Negras Brasileiras, a Onu Mulheres em parceria com a Embaixada do Reino dos Países Baixos e da UnB promoveu no dia 20 de junho, no Auditório da Finatec, na Universidade de Brasília, o evento “Diálogos Mulheres Negras Rumo a um Planeta 50-50: contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver”.

“Não temos mais aquelas correntes e não vamos aceitar narrativas escravagistas”, protestou Benedita da Silva (PT-RJ), deputada federal em um dos painéis do evento, e ainda completou: “Chega de Marielles mortas! Queremos Marielles vivas”, em referência à vereadora carioca assassinada no Rio de Janeiro em março deste ano.

Saiba mais: <https://bit.ly/2tECAoU>

ProMul leva oficina de saúde ao Senac-DF

Trinta e uma comerciárias participaram no dia 4 de junho da *Oficina Saúde da Mulher, Autonomia no Corpo e na Vida*, ministrada pela fisioterapeuta Rita Polli, no edifício sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-DF).

A atividade fez parte da programação da Semana Mundial do Meio Ambiente, organizada pelo Programa de Sustentabilidade – ECOS da instituição. Saiba mais: <https://bit.ly/2Mt62WL>



Ramília Moura/ProMul

CNDM empossa conselheiras



Rafael Lima/SPM

As novas integrantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) foram nomeadas no dia 13 de junho, no Palácio do Planalto.

Entre as 41 conselheiras, representantes governamentais e da sociedade civil, estão a União Brasileira de Mulheres, o Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros; o Fórum de Mulheres do Mercosul; e a Associação Maylê Sara Kalí.

Participaram da abertura da cerimônia Aparecida Moura, Secretária Nacional de Políticas para as Mulheres interina; Nadine Gasman, representante da Onu Mulheres no Brasil; Emilia Fernandes, ex-ministra e atual presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul Brasil; Andréia Araújo, coordenadora-Geral do CNDM; Chopelly Santos, representante da Sociedade Civil no CNDM e Luiza Brunet, atriz e Embaixadora do Instituto Avon pelo controle do câncer de mama e pelo combate à violência doméstica.

CMCVM debate violência obstétrica



Roque de Sá/Agência Senado

Coordenada pela deputada Luizianne Lins (PT-CE), audiência pública na Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher discutiu violência obstétrica e suas graves consequências na vida das mulheres, das crianças e das famílias.

A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) divulgou estudo da Fundação Perseu Abramo, publicado em 2010, com a indicação de 25% das mães brasileiras como vítimas de algum tipo de agressão na fase de pré-natal ou no parto.

Estavam presentes Daphne Rattner, da Rede pela Humanização do Parto e Nascimento; Etelvino de Souza Andrade, da Câmara Técnica de Ginecologia e Obstetria do Conselho Federal de Medicina; Sílvia Badim Marques, doutora em Saúde Pública; Hellen Cristhyan, da Casa Frida e integrante do Fórum de Mulheres do DF e Entorno; Marilda Castro, da Associação de Doulas do DF; Renata Reis, ginecologista e obstetra e Ilka Teodoro, diretora jurídica da Associação Artemis.

Saiba mais: <https://bit.ly/2tEHxhu>

Lídice recebe Prêmio Neide Castanha

Asenadora Lídice da Mata (PSB-BA) foi calorosa e merecidamente agraciada com o Prêmio Neide Castanha por sua atuação parlamentar em defesa das crianças e dos adolescentes.

Coordenadora da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, Lídice lembrou a importância do tema: "Muitas pessoas acham que essa violência não existe e, quando existe, sempre a vinculam a situações de pobreza. Porém, a violência sexual contra crianças e adolescente acontece em todos os estratos sociais".

O prêmio, entregue em maio durante o II Congresso Brasileiro de Enfrentamento à Violência Contra Crianças e Adolescentes, é concedido a pessoas, empresas e entidades que atuam na proteção e defesa da infância e da juventude.

Promovida pelo Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a premiação homenageia Neide Castanha, reconhecida defensora dos direitos humanos.



Rafael Nunes

Mulheres nórdicas abordam participação política

Mulheres parlamentares, diplomatas e ativistas da Dinamarca, Suécia e Finlândia participaram de encontros em Brasília, com apoio da ONU Mulheres, para compartilhar com colegas europeias, do Brasil e da América Latina percepções sobre a participação política da mulher.

Nos dias 11 e 12 de junho, a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) recebeu representantes dos países nórdicos para o Seminário Internacional: Equidade de Gênero: Representação Política das Mulheres. O debate foi sobre desigualdade de gênero na política, em países da Europa setentrional, do Atlântico Norte e da América Latina.

Já a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados promoveu no dia 13 de junho um seminário sobre a participação feminina na política. O evento foi solicitado pela presidente da comissão, deputada Ana Perugini (PT-SP), e pela 3ª vice-presidente, deputada Zenaide Maia (PHS-RN).

Saiba mais:

<https://bit.ly/2tJ9Pr1> - Câmara dos Deputados

<https://bit.ly/2MY4F3j> - ENAP



Maria Leïssner, Nadine Gasman, Benedita da Silva, Ana Perugini e Maryam Abdulkarim

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Oficina Interlegis Senado Mulheres vai a Rio Claro



André Godoy

Asenadora Marta Suplicy (MDB-SP) liderou o encontro com a comunidade do município paulista ao lado do prefeito João Teixeira (DEM), do presidente da Câmara, André Godoy (DEM), e da vereadora Maria do Carmo Guilherme (MDB), que entregou a Carta das Mulheres para a representante da bancada feminina do Senado.

O documento reúne reivindicações apresentadas nos eventos da Semana da Mulher, ocorridas no mês de abril deste ano, com destaque para ações em prol das mulheres no município. "Precisamos contemplar temas como a autonomia de decisão, saúde, enfrentamento da violência doméstica e igualdade no mercado de trabalho", pontuou a vereadora.

Marta falou sobre a importância dos 30% do Fundo Eleitoral para campanhas de mulheres e sobre a ascensão feminina no mundo político e social. "É necessário que as mulheres entrem na luta política e continuem na busca por direitos iguais, que na prática ainda é distante", salientou.

Saiba mais em: <https://bit.ly/2N5B9ZI>

Fundo Eleitoral mobiliza senadoras

Abancada feminina conversou sobre a resolução do Superior Tribunal Eleitoral (TSE) que garantiu a aplicação de 30% do valor Fundo Eleitoral às candidaturas femininas e igual percentual no tempo da propaganda no rádio e na TV.

Com presença da advogada Luciana Lóssio, ex-ministra do Superior Tribunal Eleitoral (TSE), o encontro aconteceu dia 22 de maio, no gabinete da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Participaram as senadoras Lídice da Mata (PSB-BA); Fátima Bezerra (PT-RN); Ângela Portela (PDT-RR); Ana Amélia (PP-RS); Regina Sousa (PT-PI); Simone Tebet (MDB-MS); Marta Suplicy (MDB-SP); a deputada federal Raquel Muniz (PSD-MG); Humberto Chaves, advogado, e Ilana Trombka, diretora-Geral do Senado.



Marcelo Favretti



Philippe Nagô

Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. Dia Nacional de Tereza Benguela. Dia Internacional da Agricultura Familiar. Três datas fortes que, coincidentemente comemoramos no mesmo 25 de julho.

A escolha do mesmo dia para a celebração não foi proposital, mas bem que poderia ser, pois Tereza Benguela foi uma agricultora familiar negra que viveu e liderou a resistência à escravidão no Quilombo Quariterê que ficava no Vale do Guaporé, no

Mato Grosso, coração da América Latina!

Nossos livros de história enaltecem como heróis - que não foram, as figuras dos bandeirantes que entravam pelos sertões matando, prendendo ou sequestrando índios e negros para escravizá-los. Os historiadores não tratam aqueles mercadores de pessoas como criminosos e seus nomes ainda identificam rodovias, cidades e ruas em todo o País. Enquanto isso, lideranças como a Rainha Tereza são esquecidas pelos homens brancos que escrevem nossos livros escolares.

De meados de 1730 até o final do século XVIII, após o assassinato de seu companheiro por policiais, Tereza assumiu a liderança do Quilombo Quariterê, criou um sistema de segurança voltado para a resistência e diversificou a produção agrícola, garantindo comida farta para todas e todos que viviam na comunidade.

25 de julho é um dia de luta dos mais importantes em nosso calendário. É dia de celebrarmos a vida de Tereza Benguela, a mulher negra que não se submeteu à

escravidão e mostrou que uma agricultura familiar forte é capaz de garantir a soberania e a segurança alimentar do povo. Quase três séculos depois, Rainha Tereza precisa ser resgatada como exemplo de resistência e de liderança para as mulheres de nosso continente.

Lideranças como a Rainha Tereza são esquecidas pelos homens brancos que escrevem nossos livros escolares.

As mulheres negras não podem continuar sendo desrespeitadas. Nossos companheiros, companheiras, filhos e filhas não podem seguir sendo vítimas de violência, e a escravidão não pode continuar resistindo à abolição. Que Tereza Benguela inspire as lutas desta Pátria Grande por dignidade, por abundância de alimentos e por vida plena.

*Senadora Regina Sousa (PT-PI)
Presidente da CDH*

 **Artigo**

Violência Obstétrica: mas o que é?

Recentemente, o DF aprovou a Lei nº 6.144/2018 que define quais são as medidas informativas que devem ser feitas às mulheres gestantes e paridas para que sejam conscientizadas do que é a Violência Obstétrica e quais são as diretrizes da Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal. Traduzindo em miúdos, a lei traz quais são as definições de Violência Obstétrica e como as mulheres devem ser tratadas.

“Art. 2º Considera-se violência obstétrica todo ato praticado pela equipe de assistência à mulher grávida ou parida de estabelecimentos hospitalares, postos de saúde, unidades básicas de saúde e consultórios médicos especializados no atendimento da saúde da mulher grávida ou parida que ofenda de forma verbal ou física desde o pré-natal até o puerpério.”

Isso quer dizer que as mulheres devem ser tratadas com respeito e como sujeitos de

direitos e não como mais uma paciente da produção em série de partos. Não podem os profissionais ignorar os desejos da gestante nem tampouco submetê-la a tratamento doloroso e ineficaz. Protocolos desatualizados também devem ser banidos da assistência obstétrica. Parece redundante, mas é que, na prática, o que mais se vê são profissionais realizando procedimentos de rotina sem qualquer evidência científica, procedimentos esses que já restaram comprovados que são maléficis.

Alguns exemplos comuns disso são a episiotomia de rotina, a manobra de Kristeller e, o mais comum, os xingamentos e piadas que humilham as mulheres no momento mais feliz de suas vidas. Por isso, a Lei nº 6.144/2018 é tão importante: a partir de agora, há um fundamento legal para que os processos de reparação sejam analisados com mais cautela e com mais respaldo pelo Judiciário.

Se você foi vítima de Violência Obstétrica, procure uma advogada de sua confiança e com conhecimento do tema. Nem todos os advogados entendem o que é a Violência Obstétrica e não a reconhecem. A primeira coisa a fazer é pegar cópia integral do prontuário médico e fazer a denúncia na Ouvidoria do Hospital, no CRM, no 180 e no Ministério Público Federal.

Um abraço.



Ruth Rodrigues – advogada especialista em Violência Obstétrica e presidente do movimento Nascer Direito.

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Rita Polli, Ramíla Moura, Paula Bento e Lunde Braghini

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria